



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

SUBCOMISSÃO DE CULTURA
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: CASA CULTURAL DA PENHA – LARGO DO ROSÁRIO, 20

DATA: 21 DE NOVEMBRO DE 2022

OBSERVAÇÕES:

- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Boa noite a todas, a todos e a todes.

Na qualidade de presidente da Subcomissão para Estudo, Análise e Debate de Projetos de Lei, Programas e Projetos Relacionados à Cultura, declaro abertos os trabalhos da 7ª Audiência Pública presencial desta subcomissão no ano de 2022.

Esta audiência tem como objetivo debater o tema Patrimônio Material e Imaterial, História, Memória, Preservação e Valorização de Narrativas Negras e Periféricas na Cidade de São Paulo.

Informo que esta audiência pública está sendo transmitida ao vivo, pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online; pela TV Câmara São Paulo, canal digital 8.3; e pelos canais da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube e no Facebook.

O convite para esta audiência pública vem sendo publicado no *Diário Oficial da Cidade* e divulgados no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde o dia 17 de novembro de 2022.

Primeiro, eu gostaria de fazer alguns agradecimentos. Estamos na nossa 7ª audiência pública. Fizemos essas audiências públicas externas com o intuito de conseguir conversar com a população em horários mais acessíveis – em geral, as reuniões da Subcomissão de Cultura acontecem às quintas-feiras, no período da manhã. Então, obviamente, muitas pessoas, sobretudo dos territórios mais periféricos da cidade, têm dificuldade de acompanhar essas audiências, essas reuniões, lá na Câmara Municipal. Então, começamos a fazer uma série de audiências públicas este ano, em horários diferentes – aos sábados, à noite –, para que as pessoas que trabalham no horário comercial também consigam acompanhar, circulando por vários territórios da cidade – Cidade Tiradentes, Perus, na zona Sul, em Ermelino Matarazzo. Temos circulado, sobretudo, em territórios mais periféricos, mais distantes da Câmara, para conseguir ouvir a população de forma mais fácil.

Essas audiências geralmente acontecem ou em equipamentos públicos como esse

– e agradecemos muito à Valquíria, que cedeu o espaço do Centro Cultural da Penha; obrigada, Valquíria; você foi muito gentil e solícita em ceder o espaço do Centro Cultural da Penha, para que fizéssemos essa audiência pública – ou em equipamentos de ocupações culturais, equipamentos de organização não governamentais, que cedem os espaços quando o território não há um equipamento público de cultura que pode receber a Subcomissão. Então, ficamos muito gratas por ter esse espaço e sermos muito bem recebidos.

Temos alguns outros informes.

Esse é um período na Câmara em que a Comissão de Finanças, a qual esta Subcomissão pertence, está discutindo o orçamento da cidade. Esse é um assunto muito importante, pois é nesse momento que os Vereadores analisam a peça do Executivo, a peça que o Prefeito mandou para a Casa, dizendo qual vai ser o orçamento para o ano que vem. E esse é um período em que os Vereadores podem propor emendas – modificações, alterações – nesse orçamento que o Prefeito mandou para a Câmara. Então é um momento muito importante para que as pessoas fiquem atentas para que façam as intervenções e as solicitações na Câmara de Vereadores.

Há algum tempo, a Comissão de Finanças vem fazendo algumas audiências públicas temáticas para discutir o orçamento da cidade. Nós tivemos uma audiência pública temática sobre a cultura com a Secretária de Cultura, Aline Torres, na Câmara. E, no dia 24 de novembro, às 10 horas, no Salão Nobre João Brasil Vita, 8º andar da Câmara Municipal, e também de forma *on-line*, teremos uma 9ª audiência temática com a Secretaria Municipal de Cultura. É um dia importante para fazermos as discussões com a Secretária Municipal de Cultura, com a Câmara Municipal dos Vereadores de São Paulo, sobre o tema Cultura e Orçamento Público da Cidade.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Ah, sim. Estamos de máscara.

Sabemos que houve um aumento de casos de Covid-19, infelizmente, na cidade de São Paulo. Então, a Câmara Municipal novamente passa a exigir, a partir do dia 20, o uso de

máscaras nas sessões, nos espaços da Câmara Municipal de São Paulo e a aferição de temperatura na frente da Câmara. Mas todos estão convidados a acompanharem presencialmente ou através de todos esses endereços da Câmara que sempre citamos – Facebook, YouTube, canais da Câmara –, para também acompanharem a audiência pública, inclusive, pelo Microsoft Teams, onde é possível fazer intervenções, perguntas e considerações aos Vereadores. Então, estamos tendo uma série de audiências. E teremos mais uma temática da cultura, um tema importante para falarmos.

Sempre convidamos algumas pessoas para as nossas audiências públicas, para debater e nos ajudar a entender o tema que estamos debatendo. Também convidamos o Poder Público – Executivo, Subprefeituras –, para que possamos conversar sobre esses temas. Em geral, também convidamos artistas importantes da região para que façam uma apresentação cultural – afinal, falamos de uma subcomissão de cultura e gostamos de valorizar esse espaço. E é assim que a cultura costuma fazer as suas atividades.

Para hoje, temos a honra e o grande privilégio de contar com vários artistas importantíssimos da região. E vamos contar com uma apresentação cultural muito importante do querido Renato Gama. (Palmas)

- Apresentação musical.

O SR. RENATO GAMA – Boa noite. Muito obrigado pelo convite.

Eu falei para a Elaine que não é somente na fala que eu levei o aquilombamento, é na prática.

Pediram para eu fazer uma voz e violão, um *pocket show*, muito rápido. E falei: “não vou sozinho, ainda mais aqui, para a Elaine, para todos, para o mandato do Quilombo”. Então, eu gostaria de convidar para estar comigo o Ronaldo Gama. (Palmas). Ronaldo Gama é o meu irmão melhorado, que veio depois de mim. Melhoraram um pouco a forma.

Também não poderia deixar de chamar mulheres negras para compor. Ela me acompanha já há quatro anos; ela é incrível, amiga, que estará na Bahia a partir do ano que vem. É a Tainá Oliveira. (Palmas)

Fazendo um *show* em Barcelona, na Espanha, nós chegamos para tocar e o dono da casa viu três negrões chegando para tocar e falou assim: “Ah, não, não dá, não dá, não dá, porque neste bar, em Barcelona, estamos acostumados a tocar bem baixinho”. E aí eu perguntei, com o meu portunhol: “Mas você já nos ouviu tocar? ”. “Não, mas é “*negron*”, né? É pá, pá, pá”. No final do *show*, ele queria até nos acompanhar para o hotel, mas falamos que sabíamos andar sozinhos.

Está alto, gente? Está gostoso?

Aproveitando esse sonzinho, vou chamar a minha diva, uma das melhores vozes do Brasil. Minha amiga, com quem tenho o prazer de andar junto, de uma família incrível: simplesmente, Izzy Gordon. (Palmas)

- Apresentação musical.

O SR. RENATO GAMA – Muito obrigado pelo convite. Agradeço a todos.

A SRA. IZZY GORDON – Muito obrigada.

O SR. RENATO GAMA – Vamos tocar a última canção. Jeniffer, cabelo crespo, lindo. A mãe coloca uma flor no cabelo da Jeniffer: “Vai para a escola, filha”. Ela, com onze anos, cabelo *black power*, chega na escola, lindo. Uns amiguinhos, que ainda não aprenderam a lidar, falaram que o cabelo dela era ruim e duro. Alguém já ouviu cabelo falar mal de alguém? (Pausa). Então, cabelo ruim, por favor. Nós já aprendemos que não existe cabelo ruim. É liso, crespo e outras coisas.

E aí, a mãe da Jeniffer, empolgada, fez uma canção. Essa é a história de um espetáculo, mas quando eu fiz essa canção, eu não tinha gostado. O meu irmão, que é pai de menina, falou: “Essa é a sua música”. Só que eu não posso cantar mais, porque um dia, eu cantei e uma menina ficou me olhando. Desse tamanhinho.

A SRA. IZZY GORDON – A gente agradece.

O SR. RENATO GAMA – Eu tenho sempre amigas para cantar essa canção. Bora lá?

- Apresentação musical.

O SR. RENATO GAMA – Ronaldo Gama, Tainá Oliveira, Izzy Gordon, muito, muito, muito obrigado.

A SRA. IZZY GORDON – Feliz e honrada por fazer parte. Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Muitíssimo obrigada, Renato Gama, Ronaldo, Izzy, Tainá. Muito obrigada pela participação de vocês. A gente fica muito honrado.

Bom, depois desse começo maravilhoso, nós iremos montar a Mesa para começar o debate com as nossas convidadas. Geralmente, a nossa organização é chamar os convidados do território, a gente forma uma Mesa, depois a gente forma outra, com os representantes do Executivo. As pessoas podem questionar, fazer apontamentos e informes. Para se inscrever, pode ser com o Mário, que está ali atrás daquela mesinha, que faz a parte da Secretaria da Câmara. Então, todas as pessoas que quiserem falar, podem começar a se inscrever a partir de agora. Nós iremos chamando e vocês podem fazer os questionamentos para a Mesa, que formaremos em seguida.

Para a primeira Mesa, a gente gostaria de convidar algumas pessoas que vão conseguir dialogar com a gente um pouco sobre o tema que a gente, hoje, trouxe para o debate, muito importante. Esse é um tema muito caro, sobretudo para esse território. A gente está no Largo do Rosário dos Homens Pretos. Aqui em frente, há uma igreja histórica que guarda uma história importante da população negra da cidade de São Paulo e o tema hoje é justamente discutir essa história negra da cidade de São Paulo, que muitas vezes não tem visibilidade e nem o respeito que mereceria ter.

Então, hoje, para conversar com a gente, eu gostaria de convidar a Sra. Marília Belmonte Magalhães da Silva, representante do movimento Saracura Vai-Vai. Obrigada, Marília, pela presença; a Sra. Patrícia Freire, do Movimento Cultural da Penha. Obrigada, Patrícia; e o Sr. Aloysio Letra, que é compositor. (Palmas)

Em seguida, a gente chama uma Mesa com representantes do Executivo e do Legislativo para a gente conversar. A ideia é que a gente converse em torno de dez minutos.

Quem pode começar? Pode ser na ordem da Mesa? Então vou conversar com o Aloysio.

O SR. ALOYSIO LETRA – Boa noite.

Licença para chegar aqui, no Centro Cultural. Licença para o quilombo chegar também, máximo respeito; Renato Gama, toda a galera dessa menina, movimento cultural da Penha, comunidade do Rosário, manas. Da hora.

Eu estou com 41 anos, sou morador hoje da terra dos Guaianases, Guaianases, sou filho de Joana Roberta Alves – minha mãe que vem de Muriaé, Minas Gerais – e filho de Aloysio Permínio, um homem preto que veio... meus avós vieram de Nova Lage, Bahia.

A partir de 2014, mais ou menos, a questão do patrimônio me atravessa como uma pulsão de criação, acho que, um pouco, como uma vingança pelos meus pais – meu pai e minha mãe que passaram, ao longo de alguns anos, sendo expulsos e retirados de lugares. A gente já morou em uns 25 lugares diferentes na cidade de São Paulo. E aí, essa questão vem me atravessando.

Sou compositor, sou cantor, ator e tenho discutido um pouco, através das minhas obras autorais, essa questão do patrimônio e da reparação histórica no meu processo de material poético.

É isso.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ALOYSIO LETRA – Então está bom.

Então, como eu cheguei um pouco nessa parada de colocar, no meu material poético, questões patrimoniais da memória negra na cidade de São Paulo, em 2014, eu fiz parte de uma companhia de artes, Companhia de Artes do Baque Bolado, época de Copa também. Havia um espetáculo chamado “Pernambolados”, e a gente iria fazer em relação a espaços da memória negra na cidade de São Paulo.

Até então, eu não conhecia diversos espaços aqui, por conta desses processos todos de expulsão e de apagamento, de afastarem essas memórias da gente, e fiquei sabendo, conheci, sobre a história do Francisco José das Chagas, que é o Chaguinhas, um revolucionário

negro no século retrasado, que lutou por soldos para soldados do exército brasileiro – sobretudo, soldados não-brancos. Eu fiquei sabendo através de uma companheira da companhia, que falou: “há um revolucionário negro que o pessoal cultua, na Igreja Santa Cruz dos Enforcados”.

Isso me chamou atenção. Fui lá, conversei com o pároco que estava lá e ele me deu um texto do Vanderlei dos Santos, que era um cara que trabalhava na Cúria Metropolitana, na década de 1970. E aí, fiquei sabendo desse personagem histórico, que foi enforcado, como muitos de nós fomos no século retrasado, no Distrito da Glória, que a gente conhece hoje como bairro da Liberdade. Era o Largo da Forca. O Distrito da Glória tinha o Largo da Forca ali, onde é a atual Igreja Santa Cruz dos Enforcados, que é a Igreja do Largo da Liberdade.

Esse personagem, o Chaguinhas, o Francisco José das Chagas, organizou uma revolta contra uma comitiva portuguesa, em razão de não estarem recebendo os soldos. Ele era da Infantaria dos Caçadores de Santos, foi trazido para cá. Sete pessoas foram assassinadas pelo Estado vigente à época, fora de São Paulo, fora da Capital, em Santos, e foram trazidas duas dessas pessoas para cá, para São Paulo, como, exemplo: o José Cotimbida e o Francisco José das Chagas. O Francisco José das Chagas como o idealizador dessa revolta e o José Cotimbida, por ser seu companheiro.

Aí, ele foi levado à forca em setembro de 1821 e a corda se rompeu quando foi dada a ordem para enforcá-lo. Havia, à época, um consenso de que seria um perdão divino, mas por ele ser um preso político, ele foi colocado à forca novamente e as pessoas gritavam: “liberdade, liberdade”. Essa história chega para a gente, chegou para mim, através de alguns relatos orais e também através de alguns livros com várias versões, de que teria passado uma pessoa com carro de boi, que o matou, ou que foi colocado à forca novamente. Há registros da coroa portuguesa pedindo cordas competentes para enforcar o soldado Chaguinhas.

Ele virou um santo negro cultuado no bairro da Liberdade. Desde então ele é cultuado. A Santa Cruz dos Enforcados, a Igreja do Largo da Liberdade, foi construída em homenagem a ele. A última noite que ele passou em vida, ele passou na Capela dos Aflitos, que é uma capela ali, na Rua dos Aflitos, na Liberdade, inclusive, que é um dos espaços de patrimônio

na cidade de São Paulo, que está sendo desrespeitado há alguns anos, que precisa de restauro. Precisa da atenção do Estado para que seja realizada uma restauração lá.

Enfim, ele virou um santo negro na cidade de São Paulo e eu compus uma canção, em 2016, em homenagem a essa história e a outras histórias também. Porque, na real, para mim, que estou com 41, quando eu estava nessa Companhia de Artes e me deparei com essa história, fiquei muito indignado. Por que eu não conhecia essa história? As pessoas que são da minha idade, provavelmente, várias delas tiveram escrito no RG, “Liberdade”, porque vários que eram emitidos vinham dessa região e tal. Aí, eu compus esta canção, assim.

Mas há outras histórias em relação à negritude na Liberdade que eu me dei conta depois, também, de aprofundar pesquisa. A Casa de Portugal, que tem várias coisas em relação à população preta, milianos; a Frente Negra Brasileira, que já teve sede no bairro da Liberdade; o Menelick, uma mídia negra que teve sede lá. E também um vídeo, que me chamou atenção, que era uma entrevista do Salloma Salomão com Oswaldo Faustino. Ao longo de ver essas coisas e participar de alguns projetos, eu compus uma canção. Eu vou cantar para vocês, porque acho que representa um pouco mais do que me tocou nessa época, em 2016. O nome da canção é *Rua da Glória*:

“Estou enterrado na Rua da Glória

Lembre de mim se passar por aqui

Sou fato oculto da tua história

Mas veja ainda estou aqui

Mas veja...

São Paulo meu,

Esse não mais é um outro adeus

Dias e dias se foram sei.

Paulicéia desvairada me acordou.

Na voz dos meus, desfilo esse lamento.

Pranto de outros tempos.

Quando a corda se rompeu.
Lembrança de tempos inglórios.
Que um dia se quis esquecer.
História de negros despertos.
Que um dia ainda hão de rever.
Não caia na velha armadilha.
Fazer poesia pra luz da cidade.
Se lembre pagaram com sangue pra ter liberdade.
Lembre que estou.
Estou enterrado na Rua da Glória...
Sou chaga no esquecimento.
Ferida que teima a sangrar.
Ninguém silencia o lamento.
A vela não vai se apagar.
Não caia na velha armadilha.
Cantar melodia pra cor da cidade.
Se lembre pagaram com sangue pra ter liberdade
Lembre que estou.
Estou enterrado na Rua da Glória
Lembre de mim se passar por aqui
Sou fato oculto da tua história
Mas veja ainda estou aqui". (Palmas).

Eu me emociono de cantar essa música em novembro, é pesado. Quando eu compus essa música, eu compus com muita ironia, com muita raiva. Ironia, porque, para mim, era irônico estar "enterrado na Rua da Glória". E como sou uma pessoa preta, de periferia, eu perdi várias pessoas, várias pessoas.

E para mim, é muito... naquela época e ainda é – em 2016, quando eu compus essa

música, parece que faz 30 anos, mas, enfim, nessa época que eu compus essa música, era muito dolorido passar na Liberdade e não nos ver. Depois, conhecer Rosemeire Marcondes, neta da Madrinha Eunice, conhecer a história da Lavapés, conhecer a história do Paulistano da Glória, do Geraldo Filme, que passou por ali, e não nos ver, não nos ver em estátuas, não ver patrimônios ali. Então, eu escrevi para homenagear o Chaguinhas, homenagear o Paulistano da Glória, a própria Lavapés. Acabei saindo na Lavapés em um ano, na ala de jongo. Então, um axé para a Rosemeire, para todo mundo da Lavapés.

Agora, isso tem me atravessado, então, de vez em quando, eu componho uma canção em relação a essas questões, passagens de amigos. Compus uma música também para o Saracura, recentemente. E estou aí, batalhando para a gente...

Quantos minutos são mesmo? São dez. Então eu já passei um minuto do meu tempo. Então, é isto: a memória me atravessa como uma pessoa de periferia que vê, na luta dos pais, dos parentes, dos movimentos de cultura essa expulsão, esse não-direito à cidade, não-direito à memória simbólica e essa necessidade por reparação material, simbólica e histórica. É isso.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. MARÍLIA BELMONTE MAGALHÃES DA SILVA – Boa noite, gente. Axé.

Queria agradecer, primeiramente, ao pessoal do Quilombo Periférico pelo convite e não só pelo convite, mas pela iniciativa de estar fazendo essas audiências com temas que são muito necessários para esta cidade. Quero agradecer também ao pessoal do Centro Cultural da Penha por nos receber nesta noite.

Acho que é ainda mais especial isso, neste mês de novembro, nesta sequência da Consciência Negra, depois de tantos eventos, mas que, ainda assim, é um dia de consciência, um mês de consciência, porque não podemos deixar de lembrar de cada guerra que está acontecendo no território deste país – especialmente, o que está acontecendo no Jacarezinho, no Rio. Acho que temos que pensar os territórios de forma integrada e coletiva. Acho importante lembrar, nesses momentos.

Eu sou Marília e faço parte do Movimento Saracura Vai-Vai do Centro, Bela Vista. Eu sou sambista, moradora do Bixiga, Bela Vista. Meus amigos me descrevem como uma boa contadora de histórias e sou historiadora. Digo que sou uma historiadora pouco tradicional, porque o que realmente me interessa são as histórias nas suas miudezas e pensar em como as histórias e todo o nosso patrimônio é construído por pessoas. Então, não que as referências bibliográficas e que as fontes não sejam fundamentais na construção do pensamento, da ciência, mas acho que tudo é construído pelas pessoas e pelas ações das pessoas.

Fazer este tipo de audiência, esse tipo de ação, é fundamental, exatamente para nós nos reunirmos e debatermos quais são as demandas dos territórios e como elas se aproximam.

Então, hoje, peço licença – estando na Penha – para falar um pouco sobre a Bela Vista, sobre a nossa luta que se assemelha muito à do pessoal dos Aflitos, na Liberdade, que conseguiu uma vitória grande agora, mas só depois de muita luta. A gente sabe que não foi fácil para eles, assim como para o pessoal dos Pretos Novos no Cais do Valongo, no Rio de Janeiro.

A gente ainda está se iniciando nessa luta. Desde o início deste ano, passou a se reunir como um movimento de moradores do bairro, sambistas, pessoas do movimento negro, vários apoiadores de mandatos também. Então, a gente está recebendo esse apoio que é fundamental, porque a gente sabe que essa luta não vai ser vencida sem o apoio e sem a ação do Poder Público. Não basta só a nossa ação comunitária.

A nossa grande demanda é que, a partir dos achados do sítio arqueológico nas obras na 14-Bis, exatamente onde era a quadra da Vai-Vai, que foi derrubada neste ano para a passagem do metrô – ainda que houvesse um projeto anterior em que o metrô desviava e a quadra podia manter-se ali, mesmo com o novo processo de tombamento do bairro; ainda assim, a quadra veio ao chão e neste mesmo lugar, foram achados os vestígios arqueológicos – e a gente sabe que, historicamente, ali era uma região ocupada pela população preta.

O bairro do Bixiga é um bairro preto, ainda que essa tradição seletiva tenha o colocado como um bairro de imigração, um bairro dos italianos – e não digo que não seja também, mas acho que a gente precisa pensar esse bairro de forma diversa, pensar a partir da

população preta e de toda contribuição que essa população faz para o nosso bairro até os dias de hoje, como um elemento histórico, mas como um elemento também atual: os imigrantes nordestinos e todas as complexidades daquela região. Isso muitas vezes não é discutido, porque fica como o bairro turístico, das cantinas – que também é muito bonito; é muito legal. Mas não é só isso.

A população do Bixiga também possui várias demandas e uma vivência periférica. Muitas vezes, quando a gente fala isso, as pessoas se chocam, mas o Bixiga é quase uma periferia dentro do Centro. A dinâmica de vida ali é outra, as complexidades são outras, inclusive, essa divisão que existe no bairro, que é uma divisão histórica também: a parte mais alta do bairro sempre foi ocupada por essa população imigrante, enquanto a população preta estava ali, trabalhando e prestando serviços. Essa ocupação na baixada, especialmente na região da 14-Bis e na região do sítio arqueológico, não é à toa: é pela relação com a água, com os serviços.

Depois, subindo para a Treze de Maio, uma rua que é tão emblemática. Mesmo subindo, temos que pensar quais foram as moradias, os locais e qual preço essa população pagou para estar ali.

Eu não gosto de dizer que a história foi apagada, porque não acredito que a história se apague. Acho que sempre há um remanescente da memória. Sempre haverá alguém falando sobre essa história. A diferença entre apagar e publicizar é essa: a gente precisa falar sobre esses temas. As pessoas precisam saber disso, reconhecer o patrimônio, a história, e a gente só consegue fazer isso através da articulação.

Então, no movimento Saracura Vai-Vai, a gente está buscando fazer o resgate dessa história negra dentro do Bixiga e divulgar isso, mas, também, pedir – exigir, eu diria, porque acho que é um direito – que essa futura estação não se chame 14-Bis como está proposto no projeto, mas, sim, Quilombo Saracura Vai-Vai, porque 14-Bis já tem muitos pontos pela cidade. Por que não exaltar essa memória de quem ocupou e formou aquele bairro? Por que não colocar algo que é um símbolo para a gente? Quer dizer, a nossa escola de samba, o nosso quilombo, que deu origem a tudo isso.

Além disso, a construção de um memorial no metrô para que as pessoas nessa área de passagem conheçam essa história, conheçam o que foi o Quilombo Saracura e lembrem-se de que ali era a quadra da Escola de Samba Vai-Vai. O que é muito importante: uma escola quase centenária, ocupando a região central da cidade, ocupando as ruas e que teve que sair dali, que hoje não há um lugar para chamar de seu. Para uma escola de samba, o fundamento do chão é a força que a gente carrega. Então, também, a gente precisa de um lugar para ensaiar.

As pessoas não podem se esquecer de que, para uma suposta ideia de progresso, muita coisa foi alterada naquela região, muita gente teve que sair e foi impactada.

A gente precisa, também, de um projeto de resgate arqueológico e de educação patrimonial. A gente está articulando isso com a empresa que foi contratada pelo consórcio do metrô. O sítio foi classificado como de alta relevância, mas, mesmo assim, as obras não foram paralisadas. As obras continuam. Como moradora, passo ali todos os dias; vejo cada vez mais máquinas.

As obras seguem. Por que, se é um sítio de alta relevância? Se há toda essa mobilização e essa cobrança, por que a gente ainda não conseguiu fazer esse resgate, se a gente, às vezes, possui tanta dificuldade de saber o que está acontecendo ali?

Chegando a época de chuvas, a gente sabe que é uma região que alaga e o projeto do metrô vai recanalizar o rio. Ele já foi canalizado e não funcionou. A Bela Vista é o único lugar que eu conheço que possui um viaduto que alaga. Então nós vamos continuar indo contra essa força da natureza? Vai fazer o que já deu errado? Como esse sítio vai ficar numa região que alaga? Qual o risco que essas peças correm? E aí, de novo a gente entra na questão do apagamento.

Por que é que isso não é uma demanda central? Por que não é ouvido da mesma forma? Por que não existe essa preocupação? A nossa articulação é muito nesse sentido e, também, para que essas peças possam ficar tanto no Museu Afrobrasil, pela importância desse museu e desse espaço, mas também no Museu de Memória do Bixiga, para que fique no território e mostre essa complexidade do bairro, essa diversidade de populações e de culturas.

Agradeço a vocês e queria contar com o apoio. Está passando o nosso abaixo assinado, o nosso panfleto; quem puder seguir a gente nas redes sociais, é “Estação Saracura Vai-Vai”. A gente se coloca à disposição. Nós fazemos reuniões abertas no Museu de Memória do Bixiga. Todos são mais do que bem-vindos a somar nessa luta e, também, estabelecer parcerias. A gente está muito em contato com o pessoal dos Aflitos, porque as nossas lutas são muito semelhantes e elas ganham força quando a gente se une.

Então, é fundamental esse apoio e que esse projeto de educação patrimonial não seja apenas um projeto, algo apenas para ver, mas que, realmente, vá formando as nossas crianças; vá formando a nossa população para entender o que é um patrimônio histórico, o que é um vestígio arqueológico. E por que isso é relevante? Por que a gente cobra isso?

Hoje, estava vindo para cá, de transporte público e olhando as paradas, para não me perder, inclusive. Estava pensando sobre o Museu Judaico, que é importante, um marco. Nós temos que ter essas memórias na cidade, mas ali, a parada de ônibus mudou de nome tão rápido. Fiquei me questionando o porquê de ter mudado de nome tão rápido e a gente ainda está nessa luta de querer que a estação seja “Quilombo Saracura Vai-Vai”.

Então, pensar um pouco sobre o jogo de forças que está posto na cidade. A cidade é feita por nós, por pessoas, pelos lugares pelos quais a gente passa; como a gente transforma cada paisagem pelo nosso olhar. Isso é muito importante. A gente teve a oportunidade de fazer um roteiro de memória da jornada do patrimônio, de fazer uma aula pública e também de fazer a Virada da Educação. A gente reuniu mais de cem pessoas andando pelas ruas da Bela Vista. Foi muito difícil pensar em quais lugares selecionar, porque há muita memória naquele lugar e muita memória sobre o povo preto. Basta conhecer e que isso seja realmente de interesse.

Na Virada da Educação, a gente pensar: andar com criancinhas pequenas e a relação que elas tinham com aquelas ruas; ao mesmo tempo em que a gente tem uma ocupação perto das obras do metrô. As crianças da ocupação desceram para se juntar às crianças das escolas que faziam parte do roteiro. Elas se identificaram ali. A gente colocou um mapa no chão. Elas falaram: “onde está a minha casa?”, “onde está a minha rua?”, “de onde vocês vieram? ”,

“qual é a escola de vocês?”. As crianças são cidadãs na cidade, têm esse direito à educação e de reconhecerem a sua memória.

É um pouco isso, gente. Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. PATRÍCIA FREIRE – Boa noite a todos e todas.

Meu nome é Patrícia. Sou historiadora, pesquisadora. Participo de vários movimentos da região da Penha, Comunidade do Rosário, Movimento Cultural Penha, Coletivo Ururay.

Eu estou presente para falar um pouco desse território, trazer algumas contribuições, ao mesmo tempo também algumas questões, que quando a gente teve a oportunidade – agradeço imensamente a possibilidade de estar aqui com a Elaine, toda a equipe, o pessoal da Câmara e da Subprefeitura presentes para a gente discutir e trazer algumas questões.

Para a audiência, além de trazer as nossas questões, a gente resolver fazer uma escuta no território. Então, um dos pontos que tem a ver com essa temática de hoje, ligada à questão da cultura negra, do patrimônio cultural negro e indígena, é a questão do Rosário que é o primeiro ponto que a gente destaca desse espaço.

Além de esse espaço ter uma história bem importante, é um espaço muito usado pela comunidade como um todo. Toda a comunidade da Penha usa esse espaço que é tombado, que tem a ver com o território também tombado.

Vou pedir para o Maurício ir passando, por favor, os *slides*.

- A oradora passa a se referir a imagens na tela de projeção.

A SRA. PATRÍCIA FREIRE – Para quem não conhece o bairro da Penha, para quem esteja vindo pela primeira vez, aqui há um pouco da Resolução 013 do Conpresp 2018, que mostra o território tombado, essa região onde estamos.

Um dos primeiros lugares a serem tombados foi a Igreja do Rosário dos Homens Pretos, que aí está marcado junto às duas escolas que temos no mapa. Esse primeiro ciclo de tombamento depois vai se ampliar com a Resolução 2018 e, aí, são mais lugares que têm essas referências.

Aqui, um pouco do território. A gente está falando desse lugar como um todo, porque há a Igreja do Rosário, que é uma referência para a comunidade negra, indígena e de imigrantes que estão vindo mais recentemente, vocês vão ver o porquê. Eu acho interessante destacar que a gente tem que entender essa política pública como um todo e como isso, como falaram os meus colegas da Mesa, impacta também nas ações de educação, de cultura e de articulação social comunitária.

Aqui é onde nós estamos. Aqui embaixo, a Igreja do Rosário. Temos que entender esse espaço como uma complexidade.

Aqui, o Centro Cultural da Penha, que também é um espaço tombado hoje, mas que se articula com o território da Penha para pensar essas ações que acontecem por aqui.

Aqui, a Resolução de tombamento. Quero dizer que essa igreja também tem uma relação com uma memória muito importante com a Irmandade de São Benedito, como mostra a foto, que é uma das irmandades que fizeram parte da igreja. Essas duas irmandades, a do Rosário e a de São Benedito, não existem mais hoje, porém a gente tem uma série de articulações que vão trazer essa memória – essa igreja de 1802 – que tem uma relação com a população negra, que construiu esse espaço.

Aqui, a nossa comunidade presente. Hoje, a gente retoma essas festas, essas ações, relembando essa história toda. Enquanto o Maurício vai passando algumas imagens das ações, eu queria aproveitar para dizer que a gente poderia ficar aqui falando bastante sobre as ações – inclusive, eu convido todos e todas que não conhecem a virem.

Aqui, um pouco do território, a ocupação. Através do empreendedorismo, o Coletivo Meninas Mahin, negócio de empreendedoras negras que também ocupa o espaço.

Aqui, a Festa do Rosário, que acontece em junho.

Essa é a lavagem da escadaria do Rosário, que comunga com grupos de cultura e matriz africana; tanto o candomblé como a umbanda fazem uma ação de lavagem, que é bem interessante e acontece conosco.

Aqui, um pouco das congadas que vêm no mês de junho e *shows* que nós temos.

Essas são ações que a gente já fez aqui, ligadas à questão da economia criativa no Centro Cultural da Penha.

Esses são grupos ligados a comunidades andinas; no caso, os bolivianos, que estão presentes também no território.

Recentemente, a gente teve um monumento voltado a Itamar Assunção, instalado em frente ao Centro Cultural, uma homenagem a um cantor, a um artista importante, cuja família ainda mora no território.

Esses são os roteiros que a gente recebe de comunidades que vêm querer conhecer a nossa história um pouco. Inclusive, eu peço que congelem um pouquinho essa imagem só para eu dizer que, em termos de movimento, de ações, a gente percebeu que há bastante coisa e a gente decidiu trazer as imagens, ações e informações para as pessoas que não conhecem. Porém, como a gente teria uma audiência, eu decidi trazer alguns pontos dessa escuta que a gente teve com o pessoal que usa o Largo do Rosário, assim como nós também. Por isso, a gente resolveu levantar algumas questões que eu acho pertinentes, aproveitando a presença do Poder Público para a gente discutir e trazer isso como demandas.

Só mais uma imagem do Coletivo Coletores, que também fazem uma projeção, uma piada no bairro.

Vou começar com essa imagem, porque recentemente a gente teve a situação de uma árvore que caiu no Largo do Rosário. Essa queda da árvore, assim como o período da pandemia, ampliou e trouxe à tona uma série de questões que a gente sente bastante no Largo do Rosário. Como produtora cultural, a gente faz muitas ações no Largo, assim como outras pessoas também fazem e a gente sente muitas questões que precisam melhorar no Largo do Rosário. A queda da árvore foi devido a uma chuva que teve, um período de chuvas muito forte que teve recentemente, só que ela mostrou mais um problema que já vinha acontecendo. A gente está com uma série de questões ligadas, por exemplo, à manutenção e à zeladoria do local.

Depois que houve a queda dessa árvore, a iluminação, tudo foi abaixo. Assim, parte dela teve uma perspectiva da Prefeitura de rapidamente resolver a questão, mas a gente

percebeu que ainda ficou muito mal encaminhada, porque o que parecia ser uma coisa provisória ficou definitiva, infelizmente, e a gente sofre muito com isso, porque há quedas de energia – e quem trabalha com som percebe, sabe disso – problema com a estruturação de eventos, o pessoal quer pôr um som e, às vezes, não consegue. Enfim, há a própria iluminação do Largo do Rosário, que só recentemente teve uma melhora, mas que ficou muito tempo sem energia elétrica.

Outra questão que apareceu mais agora, depois da queda da árvore e da pandemia, mas já vínhamos sofrendo com isso, são os pontos de luz. A cidade inteira está sofrendo com essa questão de roubo de fiação, mas a gente sabe que seria possível fazer uma proteção, alguma obra que pudesse deixar isso de uma maneira mais digna e organizada para a gente poder usar melhor os pontos de luz. Hoje, para qualquer coisa que a gente for fazer, tem que ter um gerador, tem que ter todo um movimento complexo para poder chamar o eletricitista. Enfim, bem mais complexo.

Há uma questão também delicadíssima, na qual eu tenho que tocar, que são os banheiros sanitários no Largo do Rosário, onde acontecem muitos eventos. Esse banheiro que está marcado é muito utilizado pelas pessoas das barraquinhas, que inclusive são de artesanato. Infelizmente.... Estavam presentes uma empreendedora, uma moça, uma senhora, que eu acho que já foram embora. São pessoas que usam o Largo do Rosário, que vendem seus produtos, que estão trabalhando dignamente, mas não têm um acesso adequado a banheiro.

É esse o banheiro que eles estão tendo acesso hoje, um banheiro regularmente bom do Largo do Rosário, porém que não possui energia elétrica, nem água, e a gente teve a informação do porquê disso. Falaram para nós que havia uma dívida por causa de um vazamento. Até agora, porém, nada foi resolvido e essas mulheres têm que levar água das suas casas para jogarem no banheiro, para que elas possam usar. São senhoras com mais de 60 anos e é um absurdo tudo isso. Essa foi uma fala delas trazidas para nós.

Também há a questão de zeladoria e cuidado. Enfim, eu digo isso, porque tudo isso tem a ver com patrimônio e tem a ver também com o respeito às pessoas que estão trabalhando

no Largo do Rosário, além das pessoas que visitam.

Ainda sobre a zeladoria, como não há banheiro, o que as pessoas costumam fazer é irem ao outro lado da igreja para usarem o banheiro. Isso é recorrente também. A gente está falando de preservação e isso tem que ser trazido.

Outra coisa que a gente também solicita é um trabalho, um projeto, um programa, qualquer coisa que seja de melhor orientação para a questão das fachadas. É claro que as propriedades são privadas, mas é possível fazer alguma orientação, alguma coisa, porque é um espaço interessante, bonito. É possível ter uma orientação nesse sentido também. Um tempo atrás, o Memorial Penha de França fez um trabalho bem interessante, estimulando as pessoas a recuperarem as fachadas. Porém, além de isso não ter sido continuado, veio de encontro ao projeto Cidade Limpa para poder fazer de novo a recuperação dessas fachadas, e eu acho que tem que estimular novamente isso de alguma maneira.

Aqui, um resumo do que eu falei, que vai desde a questão do *wi-fi*, do ponto de luz, do banheiro digno para as pessoas que são feirantes, para os bolivianos que fazem a feira de domingo e para quem também faz eventos também usarem. Há a questão da abertura de inscrições para novos feirantes, que é outra demanda trazida pelas feirinhas.

Quando a gente faz qualquer reivindicação, principalmente para a subprefeitura, recorrentemente a resposta à questão é de que “é um espaço tombado e não se pode fazer nada”. Isso é uma coisa recorrente que a gente ouve. Eu não sei se há alguém do DPH presente, mas eu acho que é importante fazer algum tipo de conversa para orientação, para que as coisas não fiquem só definidas nesse sentido, de que é tombado e de que não se pode fazer nada. Eu acho que isso só justifica uma inação que está se arrastando em um espaço que tem todo um movimento social e cultural bacana e digno. Como é que esse movimento pode continuar se não há essa estrutura que agrega e junta as pessoas? São coisas que a gente pode dizer que podem ser feitas a curto prazo, com um pouco de vontade.

Por isso, eu espero que, a partir dessas conversas, a gente consiga minimamente encaminhar algumas dessas coisas que eu abordei, como, por exemplo, o estímulo à

recuperação das fachadas, a abertura de novas inscrições para os feirantes, uma iluminação digna, de preferência subterrânea. Antigamente tinha isso, mas depois que houve alguns problemas, começaram a fazer a fiação de uma maneira – desculpe a expressão –, porca. É preciso que se tenha respeito a esse espaço e são coisas simples, que podem ser resolvidas com uma conversa, com um encaminhamento, um edital ou algo nesse sentido, porque a Prefeitura possui recursos para isso.

Sobre a questão da jardinagem, o entorno, a gente tem um projeto para o pessoal mais ligado aos sem-teto, aos que estão em situação de rua, que eu acho que é possível também serem agregados a um programa. Enfim, são bastantes ideias e é possível. Acho que é isso. Desculpe por ter excedido.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Patrícia, Marília e Aloysio. A gente agradece essa primeira participação.

Para esta primeira Mesa, a gente convida agora os representantes do Executivo para sentarem com a gente, e a gente abre as inscrições para a população que está assistindo à audiência pública se inscrever e fazer questionamentos para a Mesa que vai ser composta agora.

Como eu não tenho todas as confirmações, eu vou chamar para a Mesa quem estiver presente. Eu não sei se o Alberto Neto, Supervisor de Cultura da Subprefeitura da Penha, ainda está presente, mas só para deixar registrado que ele esteve nesta audiência, participou um pouco, mas, como ele tinha avisado, não poderia ficar por muito tempo, por um problema com a filha.

Para esta audiência, foram convidados representantes do Poder Público: a Sra. Aline Torres, Secretária Municipal de Cultura, e os Srs. Ricardo Ferrari Nogueira, do Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultura e Ambiental – Conpresp, e Orlando Corrêa da Paixão, Presidente do Conpresp, que, devido a uma sessão extraordinária do Conpresp previamente agendada, ambos serão representados pelo Arquiteto Matheus Franco da Rosa Lopes. Também convidados: o Sr. Vander Lins Gomes, da Coordenadoria de Programação

Cultural – CPROG, o Sr. Flávio Ricardo Sol, Subprefeito da Penha e o Sr. Marcelo Vieira Salles, Subprefeito da Sé. (Palmas)

Obrigada a todos a presença. Não sei se já há inscrições. Mário? Há uma inscrição.
(Pausa) Então, depois das inscrições, a gente começará o bate-papo.

Tem a palavra o Sr. Luiz Canê Minguê Guaianá.

O SR. LUIZ CANÊ MINGUÊ GUAIANÁ – (Inicia o pronunciamento em língua Digrê).

Boa noite.

Peço licença a todos para falar um pouquinho. Meu nome é Canê Minguê, que, no meu idioma, significa “aquele que tem os olhos da onça”. Eu sou o cacique do povo indígena Dofurêm Guaianá, do povo Guaianá, que deu origem ao bairro de Guaianases.

Hoje, nós somos uma população de mais ou menos 500 pessoas, grande parte do nosso povo está vivendo onde era o nosso antigo território: Ermelino Matarazzo, São Miguel, Itaquera, Guaianases e na região da Penha também.

Ouvindo os irmãos e irmãs falando, eu vi a nossa história. Sou arqueólogo e etnohistoriador. Tive a honra de escavar a Capela de São Miguel Arcanjo, que foi construída pelos meus antepassados, em 1590, durante o processo de restauro, em 2006. E eu vi a capela tornar-se um museu higienista. Eu estive lá na comemoração do Cerco de Piratininga de 1562, no qual meu povo cercou a cidade de São Paulo, em uma revolta contra a presença dos não-indígenas, e eu vi um museu que só contempla peças que contam a história ou dos jesuítas ou da própria igreja.

Todos os objetos indígenas que nós encontramos durante o restauro foram enviados para o Museu Sítio Morrinhos, na zona Norte, que não tem nada a ver com a nossa história, apesar de ser parte do nosso território ancestral. Não tem nada a ver com a história, com a ligação histórica que esses objetos têm com a região de São Miguel Paulista.

Hoje, o meu povo é considerado extinto. Ele não é reconhecido nem pelo Governo municipal, nem pelo estadual, nem pelo federal. Nós temos um documento de um órgão chamado Diretoria Geral dos Índios, que antecedeu, inclusive, o Serviço de Proteção aos Índios – SPI. A

Diretoria Geral dos Índios era um órgão de São Paulo. Conseguimos encontrar esse documento no Arquivo do Estado de São Paulo. Não me recordo a data agora, vocês me desculpem, não sei se era 1886 ou 1889, decretando o fim da nossa etnia. Então, era um pedido do Secretário Geral dos Índios de São Paulo para decretar o fim do povo Guaianá por já estarem descaracterizados, muito mais parecidos com a população do interior de São Paulo.

Hoje, qual é a maior luta do meu povo? É só mostrar que estamos vivos. Por isso, fiz questão de começar essa fala com meu idioma, para vocês nunca mais esquecerem o meu idioma, que se chama Digrê, do tronco linguístico Macro-Jê, irmão do idioma Kaingang e do idioma Xokleng. Hoje nós lutamos para existir só, somente para existir.

Eu até conversava com o Maurício, quando eu cheguei, que o mais absurdo de tudo isso é que o lugar onde a gente precisa buscar mais espaço é justamente no lugar que foi o nosso território ancestral. A minha bisavó nasceu em São Miguel, minha tataravó nasceu em São Miguel e assim sucessivamente; aliás, foi uma linhagem de mulheres Guaianá que guardou o idioma. Se não fossem elas, não teríamos mais o idioma. E há essa ligação e esse orgulho que nós temos, de que o nosso território ancestral é o território que acolheu os africanos, que acolheu os nordestinos, que acolheu os migrantes e agora os imigrantes, inclusive africanos, novamente.

Temos uma aldeia urbana, que fica na Avenida Itaquera, que vocês devem conhecer. Lá, agora, pertence à Itaquera, mas antigamente pertencia à Vila Matilde, próxima à Cohab 1. É uma aldeia urbana que também já foi um cemitério indígena, do nosso povo. É o último pedacinho de terra que sobrou do nosso território ancestral e é o espaço que a gente usa para fazer nossos rituais há mais de 25 anos.

É um território que, com muito orgulho, nós herdamos de uma mulher preta. Quero falar o nome dela, porque ela é uma pessoa muito importante para a gente: Dona Aparecida Leandro Ananias, uma das últimas benzedadeiras da cidade de São Paulo. Eu fiz parte da primeira Comissão do resgate da Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, com a participação do povo indígena. Então, é nesse território que as nossas lutas se encontram.

Você falou de personagem. Nós temos um personagem preto para trazer à luz

também, um ex-escravo chamado Dito Preto – cujo espírito está presente com certeza e que a gente carrega com muito carinho – que é contado por todos os mais velhos do meu povo. Todos falam desse Dito Preto. Ele foi morar com a gente na nossa comunidade e ele era uma pessoa muito aglutinadora. Ele cuidava das crianças, era ele quem contava histórias para as crianças, mas ele também garantiu nossa sobrevivência. Em 1932, durante a Revolução Constitucionalista, os revolucionários passaram pela aldeia. Pode parecer loucura, mas tínhamos quatro aldeias em São Miguel Paulista: a Piraquara, que era um sítio arqueológico, ou “aldeia de cima”; Sítio Mirim, ou “aldeia de baixo”; Boturussu e uma aldeia chamada Casa Velha. Os revolucionários passaram e levaram toda a comida. O irmão da minha avó fugiu para o mato com o Dito Preto, e foram eles que garantiram a nossa sobrevivência por um ano – como minha avó contava – caçando porco do mato e inhuma.

Então, estou presente só para dizer: nós existimos. O povo Dofurêm Guaianá existe. O que a gente quer não é o espaço, não é chegar aqui e falar que isso era nosso, que todo mundo saia daqui. A gente só quer que a nossa história seja contada ou que pelo menos digam: “O povo Guaianá passou por aqui”. Só isso, mais nada.

Então, no meu idioma, “obrigado” é *icoma*. *Icoma*. Muito obrigado pelo espaço e muito obrigado pela paciência em ouvirem um pouquinho da história do meu povo. *Icoma*.
(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Canê Minguê.

É muito importante sua fala hoje. Acho que a gente faz as audiências públicas justamente para a gente levantar essas questões que estão no território e que são difíceis de chegar à Câmara porque, obviamente, é um espaço que dificulta a participação popular e sobretudo das pessoas da periferia. Então, é por isso que a gente chama essa conversa.

Eu gostaria de fazer um breve comentário, muito rápido mesmo, sobre as coisas que a gente falou. Nós temos discutido, sobretudo na Subcomissão de Cultura, o lugar da memória, da cultura, do patrimônio negro na cidade de São Paulo. Isso é muito fundamental e trouxemos alguns exemplos; mas nós poderíamos citar vários outros da memória negra na cidade de São

Paulo. A gente pode dizer que o próprio bairro da Vila Madalena é um bairro importante para a história negra, para o samba paulista; também, os espaços de várzea da cidade de São Paulo, os times de várzea e seus grupos de samba. Nós temos uma dificuldade muito grande de localizar essa história preservada pelo Executivo, pelo Poder Público.

Nós não temos essa história preservada na escola, a gente não aprende sobre isso. Então, é muito difícil que a gente aprenda sobre isso na escola. Isso que o Aloysio falou, essa revolta que dá em todas as vezes em que a gente descobre alguma coisa que foi construída e que era a história da população negra na cidade de São Paulo e a gente não sabia. Você pode falar da Igreja da Sé, você pode falar de diversos espaços da cidade de São Paulo em que a história e a memória negra está lá. Foram lá, construíram, faz parte, e ela não é respeitada.

Acho que a Patrícia traz uma coisa muito importante para a gente, que é a preservação desses espaços, porque esses espaços, inclusive os tombados, não são preservados. Eu sou de Cidade Tiradentes, um bairro do extremo Leste da cidade. Aliás, há uma outra história interessante que até já contei. A minha família vai para Cidade Tiradentes porque sofreu um despejo, e esse despejo foi o da Rua da Assembleia, que foi o despejo que revelou o que ficou conhecido como os “Arcos do Jânio”, que, na verdade, é um muro de contenção. Ele foi preservado como um patrimônio histórico da cidade.

Então, vejam: se a gente possui uma história da cidade, em que até um muro de contenção pode – e deve, não estou dizendo que não deve – ser conservado como patrimônio vivo e histórico da cidade, ao mesmo tempo, essa população, muitas pessoas que foram para Cidade Tiradentes, neste período, em 1987, foram despejadas de favelas ou de ocupações, como era esse o caso da Assembleia. Foram para lá e não têm sua memória preservada. Na Cidade Tiradentes mesmo, a gente tem uma igreja histórica centenária em uma região conhecida como Favela da Souza Ramos. Essa igreja está lá preservada, tem os azulejos preservados, as pessoas conseguem contar essa história. E a favela foi crescendo em torno dessa igreja, ela não é tombada, e esse patrimônio vai se perder se a gente não tomar alguma atitude em relação a ele.

Dizem as pessoas que moram lá e as pesquisas das pessoas que estão lá que aquela igreja também foi construída para os negros, porque negros não poderiam frequentar a mesma igreja dos brancos. Então, mais uma vez, é a história negra da periferia da cidade que não é preservada e não é contada, assim como em vários outros territórios, em vários outros lugares. Na própria Cidade Tiradentes, também há uma cela que foi construída durante a ditadura militar na região do CEU Inácio Monteiro. Os moradores daquele território falam dos abusos que aconteceram ali e aquela cela está preservada, porque ela está na mão da Igreja Católica, que acabou preservando aquele território. Hoje, há uma biblioteca lá; mas ela não aparece como um patrimônio da cidade e não conta a história da periferia da cidade.

Então, a gente podia ficar, como disse a Patrícia, falando de vários, vários, vários e vários lugares na cidade de São Paulo em que a gente não consegue nem trazer à luz para mostrar que aqueles lugares são patrimônios, a gente tem dificuldade de as subprefeituras dos territórios fazerem a manutenção desses territórios – o que é um grande desperdício. Aqui, a Igreja do Rosário e o Largo do Rosário são locais que são vivíssimos, que têm diversas atividades culturais, que têm uma economia criativa pulsante, e isso é importante para a cidade.

Então, como a gente consegue discutir esses territórios? Como a gente consegue preservar esses territórios, fazer essa história aparecer? E como a gente consegue fazer com que esses lugares sejam preservados? Como o município, a Câmara legislativa, as subprefeituras, a Secretaria Municipal de Cultura, Conpresp podem trabalhar de forma conjunta para fazer com que esses territórios sejam preservados?

Encerro a minha fala reafirmando o pedido que foi feito pela Marília, do Saracura Vai-Vai, de a gente pensar naquele território como ele é, que é um território de quilombo. Nosso companheiro e irmão indígena falou de como existe esse apagamento do território indígena, e há também esse apagamento da população negra e de seus territórios; e a cidade de São Paulo também foi um lugar de quilombos e a gente precisa preservar essa memória. A cidade de São Paulo sabe muito bem preservar várias outras memórias – memória italiana, memória japonesa – e é importante mesmo que se preserve. A gente tem bairros russos em São Paulo, ucranianos,

com feiras ucranianas; mas a gente não consegue preservar a memória negra. Então, eu queria que a gente pudesse comentar um pouquinho sobre como a gente pode partir daqui e olhar para esses territórios negros na cidade.

O SR. MARCELO VIEIRA SALLES – Boa noite.

Queria agradecer o convite da Vereadora Elaine do Quilombo Periférico, Elaine Mineiro. É uma alegria, viu, Vereadora? Vir aqui.

Sou o Marcelo Salles, Subprefeito da Sé e ouvi atentamente o Aloysio contar a história do Chaguinha, morto no Bairro da Liberdade. Coincidentemente, no sábado, nós da Subprefeitura Sé, em um trabalho dos nossos servidores contratados ordinariamente – ou seja, não fizemos licitação nova, não houve dinheiro novo –, nós entregamos a revitalização de 19 praças na área central da cidade. Uma delas é a Dom Orione, ali, no Bixiga, no final da Treze de Maio. Outra, Aloysio, foi o Largo Sete de Setembro, um dos pontos por onde o Chaguinhas passou. Há até uma singela placa azul da Secretaria de Cultura, que fala desse cabo do Exército Brasileiro, falecido em 1821. Então, você passa pela cidade de São Paulo e nós reformamos, revitalizamos o Largo Sete de Setembro. Hoje, ele está lá, com as suas *cordilines*, com a sua cobertura vegetal – a Dom Orione, a mesma coisa.

Aí, coincidentemente, nós também temos a nossa Igreja do Rosário, que é a Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, ali, no Paiçandu. O Padre Luiz Fernando é um homem preto, que faz um trabalho belíssimo, ali. A igreja, Vereadora, não era lá. Ela, antigamente, era onde fica a Bolsa de Valores. Ele me contou a história.

Então, em São Paulo, 43% das edificações tombadas estão na área da Subprefeitura Sé. É uma responsabilidade gigantesca, porque, aí, nós podemos falar. Nosso líder indígena, Canê Minguê: aí, você tem especulação imobiliária. Aí, você tem o avanço dos modais, como o do metrô. Então, você tem uma série de situações que se apresentam e que nós temos obrigação de manter.

Eu falo isso com a tranquilidade de quem quase teve a história apagada – como a nossa historiadora disse, não existe história apagada. Eu tenho isso na minha família. Meu pai é

de Caetité, na Bahia. A mãe dele faleceu no parto dele e o pai biológico dele o deu, na década de 1930, para uma família. Meu pai ficou errante, na casa de uma tia, mas era sempre tratado como um indesejável. Aos 15 anos de idade, ele veio para São Paulo. Então, eu tenho notícia de tios biológicos e conseguimos fazer contato com os primos – isso, muito depois. Meu pai é vivo. Tem 88 anos, mas, Vereadora, está a ponto de não querer voltar para lá, porque ele apanhava muito. Então, ele se emociona quando mostramos isso no *Street View*. Ele fala dos lugares e tal, mas eu e minha irmã conseguimos contatar os primos e conseguimos chegar. Então, conhecemos um pouquinho do que é não saber a árvore genealógica do lado do meu pai.

Essa iniciativa que vocês estão adotando é fundamental. Eu tenho 55 anos de idade. Tive a oportunidade de viajar para a Europa somente aos 50 anos, cinco anos atrás. Não conhecia. Fomos eu e minha esposa, Márcia, que é psicóloga. Fomos conhecer Roma. Aí, você anda em um lugar e fala-se, assim: “Aqui, Nero andou”. “Aqui, é o Foro Romano”. “Aqui, foi Constantino”. Viemos para São Paulo com uma história riquíssima, de homens e mulheres que fizeram isso, de nações que fizeram isso, e não temos essa informação. Na hora em que entramos no Largo Sete de Setembro ou na Rua da Glória, conhecemos a história da Madrinha Eunice, que teve um *frisson*, quando se colocou. A Aline foi muito corajosa em colocar a estátua da Dona Eunice. Você começa a ouvir essas histórias e você começa a valorizar. Fala: “São Paulo foi construída aqui”.

Há uma coisa dos povos originários que nos receberam e aos que vieram. Nós temos novas correntes migratórias: ganeses, venezuelanos, sofridos, que vêm fugindo da fome. Há indígenas, também. Uma coisa de São Paulo que nos apraz é que São Paulo, com todas as suas dificuldades, com todas as suas distorções, é uma cidade em cujo DNA está a vocação de receber as pessoas. Todos os que vieram aqui, vieram para fazer as suas vidas. Então, nós somos uma mistura. Eu mesmo sou uma mistura. Isso nos deixa mais fortes.

Eu falo pela Subprefeitura da Sé. Trabalhamos muito. Está presente a Carol, que trabalha conosco, lá. Então, o compromisso é de tentar resgatar essa história de maneira modesta, ao lado do DPH. Não é fácil vencer essas barreiras. Eu até entendo, às vezes, isso.

Nossa Patrícia, da Penha: eu vi você falando de maneira muito apaixonada. Há uma legislação, resoluções muito rígidas no tocante à preservação, mas, em alguma medida, que poderia nos ajudar. Eu estou conseguindo. Amanhã, eu concluo o termo de referência para reformar a Ladeira da Memória, que é o primeiro monumento da cidade, o monumento de Piques. Notamos e ficamos até inconformados. Às vezes, falamos: “Poxa, será uma letargia?”. Não é. É muita coisa, mas, com tecnologia, com pessoal especializado, nós temos de nos esforçar para melhorar isso.

Quero cumprimentá-lo. Fiquei muito tocado com a homenagem ao Chaguinhas, a esse resgate que você fez, Aloysio, que conta, de maneira lúdica, a história de um homem que bradou por igualdade. Eu acho que é isso o que buscamos. Então, as palavras são de agradecimento.

Digo à senhora que nós estamos às ordens. Conte modestamente conosco, nessa luta de preservar o bem imaterial e toda contribuição do povo preto, dos nossos ancestrais africanos, de toda a população que veio ao Brasil e, especificamente, a São Paulo. Que possamos resgatar a história de tanto trabalho, de tanta dedicação, porque, se hoje podemos falar que vivemos na terceira maior cidade do mundo – uns dizem “quarta”, outros dizem “terceira” –, nós devemos isso ao trabalho desses homens e mulheres, que se dedicaram e que morreram para que pudéssemos estar presentes, criando nossas famílias, na construção de uma cidade mais humana, mais justa e mais equitativa. (Palmas)

O SR. FLAVIO RICARDO SOL – Boa noite.

Depois do Salles, depois da Vereadora, da explanação de vocês, eu fico até pensando no que vamos falar. Ainda mais, agradeço à Vereadora. A Penha e a Sé têm uma igualdade muito grande. Estão aqui dois Subprefeitos e eu posso dizer que, à disposição de vocês – o Salles tem a mesma fala que a minha. Acho que a dedicação que ele tem pela região dele é a dedicação que eu tenho pela nossa região, também, para quem é daqui e para quem é da Sé. Quero agradecer a você e à Vereadora. Em seu nome, eu vi a galera da Câmara Municipal, que está até esta hora trabalhando. Quero parabenizar a todos.

Voltando à fala de muitos: Salles, eu acho que tínhamos de dar um pouco mais de

importância aos nossos espaços públicos. Para quem não sabe, travamos uma luta e eu acho que o nome desta conversa é luta. Em toda luta que temos, colhemos e, geralmente, quando lutamos firmemente, colhemos o que nós estamos colhendo aqui.

Eu estava com o Prof. Claudio, que trabalha comigo. Gostaria que levantasse a mão, fazendo o favor. (Palmas). Esse rapaz tem uma história muito boa, Vereadora. É uma história muito rica e, quando falamos em Penha, nós nos confundimos com o samba que existe hoje em São Paulo. No Carnaval de São Paulo, agora, as três escolas vencedoras saíram daqui. Hoje, nós temos a Nenê, a Penha e a Pauliceia, que também é Penha, que é pertinho, na Vila Matilde.

Quando não temos luta – estou vendo muita gente que conhece a história – nós quase perdemos a Escola de Samba Acadêmicos da Pauliceia. Era uma história que eles construíram por causa de patrimônio público, por causa de espaço público que a Subprefeitura ou a Prefeitura não deu atenção ou quem usa também não deu atenção. Aí, quando se anuncia a luta, acabamos perdendo de alguma maneira, mas, graças a Deus, a Câmara Municipal de São Paulo, com os Vereadores, foi precisa.

Eu quero, em nome da Vereadora, também cumprimentar um Vereador que me ajudou, Gilson Barreto. Também lutou por essa cultura do samba. Nós conseguimos colocar a escola lá e a escola vai permanecer. Outra briga em que eu estou, para quem ama a escola Nenê de Vila Matilde – e, aí, vocês vão entender porque eu estou falando isso: o rapaz que a Vereadora mencionou é neto do Sr. Nenê da Vila Matilde, que é exatamente o neto que estava aqui. Eu estou com um problema muito grande com a Nenê – não com a Nenê, samba; não é isso –, com o patrimônio de que nós não cuidamos.

Eu vi a sua história sobre a Vai-Vai. Eu vou à Vai-Vai. É uma escola que está no meu coração e no do Claudinho. Claudinho foi um dos compositores que já ganhou o samba na Vai-Vai e da Nenê. Então, é uma história com a qual precisamos tomar cuidado. Quando falamos em Rosário, eu tenho milhões de dificuldades de trocarmos uma lâmpada no Rosário. Aí, entramos para nos unir, para termos um mesmo objetivo. Qual é o objetivo? “Ah, eu tenho esse objetivo”. “Mas, você conversou com os seus pares da nossa região?”. Será que todo mundo gosta da Vai-

Vai? Será que um vizinho não gosta da Vai-Vai e esse vizinho levanta a mão, querendo que a Vai-Vai saia? Será que nós nos organizamos de tal modo que tenhamos uma mesma objetiva, uma mesma história?

Então, nós, que cuidamos do patrimônio histórico, vemos a GCM e a polícia, que também nos ajudam a cuidar desse patrimônio. Só temos de ter cuidado. Nós somos Subprefeitos. Cuidamos, sim, mas também entendemos a necessidade de cada bairro. Será que a mesma vontade minha é a vontade do meu par organizado, com uma associação, com uma entidade, com uma escola de samba ou com algum órgão responsável?

O Salles fala uma coisa muito bacana: sem luta, não chegamos a lugar nenhum. Tudo bem, eu sempre falei para o Salles: “Mas, Salles, tem de ser tão difícil assim? Não podia ser um pouco mais fácil? Não podia ser uma coisa mais simples, mais rotineira, para alcançarmos uma eficiência bacana?”. Não. É sempre com luta. Eu não sei se damos o valor de sermos reconhecidos, iguais a você, que acabou de realizar uma fala maravilhosa. Cara, é uma história que temos. Vai se perder? Não, não vai se perder, mas precisamos conversar com os nossos pares.

Aí, já aproveito e parablenizo esta audiência pública. Vereadora, quem mora na região sabe que caiu uma chuva tremenda, ontem e anteontem. Eu estou com 17 famílias em abrigos. Eu tive de tirá-las das casas. As casas estão caindo nos córregos e eu tinha, hoje, o Secretário na nossa região, mas, quando eu fiquei sabendo desta audiência pública, o Salles também me ligou e eu sabia que a senhora vinha. Eu falei: “Eu vou, porque a cultura que temos não conseguimos perder”. Não se pode e quem o fizer é um mal que vamos ter para o nosso bairro.

Vereadora, eu não vou me estender. A Nenê está arrumada. Para quem gosta da Nenê, estamos lutando para isso, muito fortemente. Eu espero muito que a Vai-Vai, uma escola campeã, uma escola vencedora do Carnaval, também se organize e siga o seu caminho de vitória para sempre.

Estou aqui. Para quem não me conhece, meu nome é Flavio. Eu estou como Subprefeito da Penha. Podem contar com o Salles, também. O Salles é morador da Penha. O

Salles já trabalhou na Penha. Eu contei agora, para o Salles, que para quem mora aqui – vou falar do centro da Penha – sofremos com muita insegurança. É normal, mas nós estamos implantando a terceira base fixa da Polícia Militar na Penha. Para vocês saberem, é ali, na Praça Micaela. É uma das praças que arrumaremos, porque a Câmara Municipal, graças a Deus, nos ajudou a deixar uma praça melhor. Então, precisamos evoluir.

O metrô, como todo mundo sabe, está cortando a Penha. Acho que o metrô vai ser um ganho fantástico. É uma obra que demora? Sim, mas acho que os frutos que nós iremos colher com essa vinda do metrô não vão ter preço. O Salles até me perguntou: “Onde é que o metrô passa?” O metrô vem da Aricanduva, passa no centro da Penha, vai para Tiquatira e depois vai para Guarulhos. Eu acho que, se lutarmos, conseguiremos um monte de coisa a mais, não só o nome de uma estação, mas também uma região inteira afetada por isso. Conseguiremos ter um pouco mais de zelo por isso.

Eu quero deixar, a vocês, a minha pessoa e a do Salles. Estamos à disposição de vocês. Se vocês puderem, façam as inscrições e as perguntas. Se não conseguirmos sanar a resposta de vocês, levaremos para casa, faremos a lição de casa e faremos a devolutiva de vocês.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FLAVIO RICARDO SOL – Ele levantou a mão para perguntar. Vamos seguir o protocolo. O protocolo é que tem de fazer a inscrição lá e depois a Presidente da Mesa responde e passa para nós. Está bom?

Eu quero agradecer. Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Subprefeito. Sr. José Carlos, eu vou pedir para o senhor se inscrever, porque há outra pessoa já inscrita, também, e porque precisa falar ao microfone para a transmissão conseguir pegar. Está bom?

O SR. MATHEUS FRANCO DA ROSA LOPES – Tudo bom, gente? Boa noite.

Meu nome é Matheus Franco. Eu sou arquiteto do Departamento do Patrimônio Histórico. Sou da assessoria do Diretor do Departamento do Patrimônio Histórico, Orlando

Paixão. Hoje, estou vindo representá-lo, que, por sua vez, representa a Secretaria Municipal de Cultura e a Secretária Aline Torres.

Então, primeiramente, agradeço as falas que vieram antes de mim, tanto dos Srs. Subprefeitos quanto as falas da primeira Mesa. Agradeço à organização do evento, à Vereadora Elaine do Quilombo Periférico. Humildemente, acho que hoje eu tenho mais a escutar do que dizer. Tenho muito mais a aprender, mais a ouvir de vocês. Muitas vezes, vimos nessa coisa de arquiteto, professor, e vamos querer discursar. Meu papel, hoje, de modo algum, é discursar. É ouvir, aprender com vocês e tentar ajudar como eu puder ajudar, porque a luta é grande. A luta vem de muitos anos. A luta é a vida de todos os que estão presentes. Vemos depoimentos muito ricos e vem um questionamento de como conseguir preservar, como trabalhar de forma conjunta todas essas instâncias de prefeituras regionais, de órgãos como o DPH, que muitas vezes têm um papel muito mais licitatório, de analisar, de ver se é mais para cá, se é mais para lá.

Talvez, de um modo um pouco singelo, meu, de dizer, para trabalhar de modo conjunto eu acho que o primeiro ponto é se escutar, conversar. Eu acho que é um pouco do meu papel, mesmo mais simbólico do que qualquer outra coisa, de mostrar que estamos aqui e estamos disponíveis para conversar. Estamos disponíveis para escutar e abrir um pouco esse canal de comunicação. Então, na minha posição, eu abro muito mais um ponto de “fale com a gente”, “contate a gente”. Eu me coloco como um canal para fazer, muitas vezes, essa ponte, dentro do que é possível.

Então, de modo geral, acho que é um pouco disso. Eu não vou me estender muito porque eu sei que as pessoas querem fazer perguntas. Vocês têm muito a perguntar, têm questões. Então, eu não vou me estender tanto.

Queria agradecer, novamente, as primeiras falas. A gente teve hoje pontos diferentes, lugares diferentes. Se falou de Liberdade, de Penha, de Bela Vista. Vai se falar do Metrô do Saracura Vai-Vai. Vai se falar de tantos movimentos, tantas camadas históricas soterradas. Tantas camadas históricas sendo seguradas e felizmente a gente está em um momento que tantos trabalhos, tantas pesquisas, tantas pessoas estão colocando luz nessas

questões. Em nossa posição, às vezes a gente tenta fazer o que está a nosso alcance e ficamos felizes com alguns frutos disso. Mencionaram a Jornada do Patrimônio deste ano, que teve o roteiro do Saracura, que teve um roteiro que foi um sucesso. Talvez tenha sido um dos roteiros com mais público, que teve mais atenção. Então, isso diz muito, isso diz muito. Quando a gente, em uma jornada do patrimônio, coloca a Igreja dos Aflitos, com visitas o dia todo e gente entrando e saindo e vendo essa realidade. No momento, a gente está com o edital aberto do concurso para o projeto do Memorial. O edital ficará aberto para inscrições até o dia 05. Então, a gente está no finalzinho do prazo. Sei que ainda é o começo. Sei que há muita coisa, como foi dito. Como eu disse, é a luta de uma vida e vocês sabem isso muito melhor que eu.

Então, eu estou presente para tentar ajudar, tentar fazer aquilo que é o meu papel dentro disso, que, como eu disse, é tentar fazer um pouco um canal, fazer uma ponte dentro do que a gente pode fazer, como a gente pode conversar para encaminhar essas questões. Humildemente, é o que eu posso dizer no momento. E estou aqui para ouvir vocês. O que eu puder ajudar, estou à disposição.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Matheus.

A gente tem duas inscrições. O primeiro é o Aloysio Letra.

O SR. ALOYSIO LETRA – Primeiro para corrigir minhas gafes de pessoa nervosa.

Eu não citei duas instituições essenciais para a luta, para a Capela dos Aflitos, pelo Memorial da Liberdade e da revitalização da Caminhada pelo Chaguinhas, que a gente retomou em 2016. Então, o Instituto Tebas, que é uma organização da qual eu faço parte também, e que faz parte dessa luta pelo Memorial da Liberdade e por outras memórias negras na cidade de São Paulo também. E a Unamca – União dos Amigos da Capela dos Aflitos. Então, fazer esse reparo por eu não ter citado essas duas organizações – uma delas, inclusive, que eu faço parte.

E, aí, eu tenho duas questões. Uma primeira questão endereçada ao Departamento de Patrimônio Histórico, da Prefeitura. Quero lamentar muito que não tenha ninguém da Secretaria Municipal de Cultura no momento em que a gente está fazendo um debate tão

importante. Quero perguntar se esse edital é para o Memorial, porque a Marília falou muito bem que é uma conquista. E de fato, é uma conquista simbólica. Mas, ainda assim, quando a gente não tem medidas afirmativas em qualquer processo de licitação e de edital, que é voltado também para a população negra, a gente corre o risco de ter de fazer essa reparação novamente. Porque assim como o Parente falou que a gente tem museus e memoriais que não nos contemplam por conta de nossas corpos e nossos corpos e nossa intelectualidade não serem considerados; por nossos materiais e nossas memórias imateriais não serem considerados nesses espaços, é importante a gente ressaltar se esse edital tem medidas afirmativas ou não. Isso porque é importante que empresas vocacionadas de Arquitetura, empresas vocacionadas negras, ou seja, com a maior parte do seu corpo societário de pessoas pretas, tenham acesso a esse tipo de edital.

E a outra questão vai para os Subprefeitos. Eu queria saber o que vocês acham dessa disputa que a gente tem, não só sobre a memória e patrimônio, mas dos nomes dos espaços. O bairro da Liberdade, em 2018, teve uma lei, que foi feita na Câmara dos Vereadores, para mudar o nome da Praça para Japão-Liberdade. E a gente sabe que isso é uma disputa da branquitude para esse apagamento que a gente denuncia historicamente, mas isso também é uma disputa de mercado. A gente está passando por um processo pelo qual os nossos bairros são desidentificados em prol de determinadas marcas. Então, eu queria saber o que vocês acham dos *namings rights* e desse processo todo de venda dos espaços, porque há um conflito aí. Há um conflito do patrimônio, da memória com essa necessidade da disputa do espaço por marcas, da cidade sendo vendida. É isso.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Aloysio.

O próximo é o José Carlos de Souza.

Eu peço para que os interessados em se manifestar, se inscrevam durante a fala do José Carlos, porque teremos um tempinho limitado.

O SR JOSÉ CARLOS DE SOUZA – Boa noite.

Meu nome é José Carlos de Souza.

Sou morador da Penha há 60 anos. Eu queria fazer uma sugestão a vocês. Uma prioridade que vocês poderiam fazer é a revitalização do Largo do Rosário, principalmente a parte de higiene, é o que nós estamos precisando muito. E reeducar todos os lojistas a não jogarem lixo na praça. Há gente jogando lixo. Eu fotografei hoje jogando lixo que não é para o lixeiro comum pegar e, sim, aquele pessoal que faz a parte de higienização de hospitais e tudo mais. Então, é um negócio muito perigoso. Então, eu peço a vocês, se for possível, o mais rápido possível, porque a higienização na Praça é um dos pontos ideais que nós estamos precisando mesmo.

É só isso.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, José.

O próximo é o Júlio Cesar.

O SR. JÚLIO CESAR – Boa noite a todos. Boa noite à Vereadora Elaine e aos dois Subprefeitos.

A minha colocação é mais voltada mesmo para o nosso bairro da Penha. Quando teve a discussão sobre o Plano de Metas, a gente colocou que o Largo do Rosário fosse um polo de cultura criativa. Esse ponto foi um dos mais votados e a gente enxerga tanto o Centro Cultural da Penha como o Largo do Rosário como espaços que poderiam ser trabalhados nisso, nós nos colocamos, enquanto um coletivo que desenvolve atividades no Largo do Rosário. Queremos discutir isso com a Subprefeitura.

E é isso. Eu acho que a gente tem essa questão tanto do Centro Cultural quanto as atividades que a gente executa no Largo do Rosário, essas atividades geram emprego, geram recurso, geram tanto na área da educação quanto na área da cultura, e eu acho que isso é algo que poderíamos pensar, já que é uma das coisas que o Prefeito colocou para ser votada no Plano de Metas, e a gente colocou isso como sendo uma das prioridades do bairro. Então, a gente gostaria que isso viesse a ser implantado. Ou, se não for implantado, que, ao menos, a gente comece uma discussão para poder contribuir para essa luta.

É isso. Boa noite. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Júlio.

Marília.

A SRA. MARÍLIA BELMONTE MAGALHÃES DA SILVA – Queria colocar para o DPH... Primeiro, quero agradecer, porque a gente tem tido uma articulação boa com vocês, uma abertura, que eu acho que é importante.

Como eu disse, a gente precisa dessa aproximação com o Poder Público. Mas não só sobre a nossa mobilização, mas em termos gerais do bairro da Bela Vista, e acho que isso se estende como sugestão para as outras partes da cidade, ainda que tenha dificuldade de pessoal de vocês. Eu sei que o departamento tem essa questão também... Mas para que esteja mais próximo dos bairros, então, como hoje teve, na audiência... Então, para que exista mais esse diálogo.

Então, por exemplo, ali, na região da Sé, a gente tem todos esses bens tombados, mas o que é um tombamento? Se eu vejo um patrimônio que é tombado e ele está sob risco, o que eu faço? Qual é a postura? Porque eu já estive em reuniões com você e eu questionei isso e a resposta não foi exatamente clara. Eu continuei sem saber qual medida a gente poderia adotar, o que poderia ser feito. Como a Patrícia falou, muitas vezes o patrimônio é usado como falta de ação: “Ah, é tombado, não pode mexer”. E a gente, como historiador, profissional do Departamento de Patrimônio Histórico, sabe que não é assim.

Então, eu acho que isso precisa chegar também à população, inclusive nesses termos de educação patrimonial. E para a subprefeitura, para ambas, no caso lá da Dom Orione, que o senhor comentou, fico feliz com a revitalização, mas eu também pergunto e em termos de eventos, como vai ser a questão dos banheiros.

Quando a Patrícia estava falando, eu pensei a mesma coisa da Bela Vista. As nossas realidades são muito mais semelhantes do que a gente imagina, e quando a gente se reúne a gente percebe isso. E a Dom Orione é o mesmo caso. É uma praça que é superimportante para o bairro; é um ponto turístico em alguma medida e há vários eventos que são importantes,

superrelevantes, mas sempre há reclamação da questão dos banheiros, da questão das casas virarem banheiros.

Então, em termos de revitalização, eu acho que essa questão sanitária é fundamental. E também essa questão que vocês comentaram, não é só um nome, mas o nome também é fundamental. A gente dar nome às coisas é fundamental, especialmente nesses casos em que a gente luta para ser reconhecido. Então, não é só dar um nome, mas também “dar o nome”, é um passo a mais. Mas esse é o primeiro passo e é um passo em que a gente está tendo bastante dificuldade.

E, aí, novamente eu reforço o que o Aloysio falou sobre a questão dos direitos de nomes nas estações. Qual a posição de vocês em relação a isso? E como isso tem caminhado rápido em detrimento de outras demandas que a gente tem enquanto população, enquanto comunidade, que não caminham tão bem assim. Então, eu queria colocar isso.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Marília.

Então, nós vamos passar para as respostas.

O SR. MARCELO VIEIRA SALLES – Eu vou começar com a Marília.

Marília, você sabe que essa era uma coisa que... É uma demanda que nós recebemos. Eu fui pessoalmente lá. Eu fui na Treze de Maio, fui falar com os expositores da Feirinha. Fui falar com o Padre Bogaz, com o Padre Edson, que trouxeram esse problema, inclusive. Aí, eu fui levantar por que o banheiro não funcionava. E ele estava fechado. Então, nessa semana que passou, em uma interação que a nós fizemos com a Sabesp... Porque antigamente ela era ocupada pela Guarda Civil, aquele espaço, e tinha uma dívida de água da outra instituição e estava parada por causa disso, a ponto de a Associação dos Expositores estar custeando água. Isso me incomodou demais. Nós fizemos gestão junto à Sabesp.

Então, se encerrou aquele processo em relação à Guarda, e aí que a Sabesp utilize as suas ferramentas para cobrar o município, o que não pode ocorrer em detrimento da população. Então, nós assinamos, inclusive, esse despacho na semana passada para que a

Associação... Para que as pessoas passem a usar e o custeio seja da Prefeitura Municipal de São Paulo pela Subprefeitura, como a gente paga a conta de água da Praça Princesa Isabel, como de outros espaços públicos. Então, foi um avanço.

Pergunta muito oportuna e a gente se dispondo a incluir no orçamento da subprefeitura. É possível isso. Mas a gente foi buscar saber, pesquisar o que estava acontecendo, por que não pode? E é como você disse, há pessoas que precisam utilizar. E ela estava bem pichada, aquela estrutura, você deve ter visto. E pintamos tudo de verde. Estamos restaurando o coreto, que tem homenagem ao Taverna. Então, é isso. Então, acho que é uma *good news* aí, uma boa notícia.

Ao Aloysio, que perguntou com relação a essas alterações. Quando a gente fala em ressignificar espaços, a gente imagina que era aquele espaço que tinha pouco valor e a gente quer ressignificar, quando você retoma a cobertura vegetal, quando você restaura uma determinada edificação ou monumento, maravilhoso. E, aí, eu acho que o local adequado para essa discussão é a Câmara Municipal, porque qualquer alteração de nome de próprio, de logradouro, a discussão é lá. Às vezes, as pessoas dão pouca importância, mas isso é muito importante, porque, às vezes, a mudança de um determinado logradouro para homenagear um prócer da cidade, uma pessoa, um destaque, você pode, por vezes, incorrer em colocar em risco a história daquele espaço. Então, eu vejo – respondendo ao teu questionamento, Aloysio, não sei se consigo atendê-lo ao todo – que deve ser visto com muito cuidado a alteração de logradouros públicos, de espaços públicos, de praças, sob a égide da homenagem a alguma personalidade ou até mesmo sob o olhar de ter algum tipo de... Não vou dizer lucro, mas captação financeira.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MARCELO VIEIRA SALLES – Eu acho muito preocupante.

Eu acho que tem de ser olhada, com muito cuidado, qualquer iniciativa de mudança ou alteração de espaços públicos, sob pena de enterrarmos a história daquele espaço e das pessoas que ali viveram e que trazem toda uma bagagem cultural e da nossa história,

propriamente dita. Eu vejo com muita reserva e com preocupação. Eu acho que a sua observação é oportuna, é pertinente e, aí, a nossa Vereadora, que é a nossa líder política aqui, pode falar com mais propriedade sobre o processo legislativo, sobre o processo legislativo quanto a essas alterações. Mas eu vejo com muita preocupação.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Salles, só para responder também: eu acho que o processo de que o Aloysio fala é o processo das estações de trem, que, aí, a Câmara não tem gerência sobre as estações.

- Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Ah, então está. Então, sobre os logradouros, os Vereadores podem propor um projeto de lei, que pode ser votado da Câmara, para a alteração de logradouros.

Na verdade, existe um acordo político na Câmara de que não se propõem mais alterações. O que se propõe agora são: ou complementações – então você pode complementar um nome de uma área; ou áreas inonimadas – então logradouros que ainda não têm nome ou que chamam Rua 1, Rua 2. Estas, você pode nominar. As ruas que já têm nome, existe um acordo político, na Câmara, para que não se mova. A não ser logradouros que levem nome de ditadores, genocidas, esse tipo de coisa, e que cheguem ao conhecimento da Câmara. Estes, você pode e deve, inclusive, alterar. Mas os que já têm nome, eles não podem ser alterados.

Agora, é claro que existe uma movimentação e aí, só para efeito de experiência, não havia Vereadoras negras na cidade de São Paulo até muito há pouco recentemente. Na verdade, a cidade de São Paulo só teve duas Vereadoras negras antes desta última legislatura: uma, na década de 70, e a outra nos anos 2000, 2007, se não me engano, com a Claudete.

Mas, nesse último ano, tivemos um aumento muito pequeno, mas temos quatro Vereadoras negras na Câmara Municipal de São Paulo e elas já propõem várias alterações de logradouros e muitos deles, praticamente todos eles, para pessoas negras, mulheres negras, indígenas, mulheres LGBTs.

Ainda assim temos uma dificuldade muito grande de sanção, porque, como

dissemos, é um projeto de lei, ou seja, o Vereador propõe, mas é o Executivo que precisa sancionar essa lei. E muitas vezes, nós temos essa dificuldade de sanção e a resposta que temos é: "Uma conversa que precisa ser feita com a Subprefeitura, com o território". Por isso, mais uma vez, nós voltamos para o Subprefeito, porque até podemos fazer as alterações, as complementações, desde que em diálogo com as Subprefeituras e o Executivo. O Prefeito Ricardo Nunes, muitas vezes, precisa aceitar e, geralmente, só aceita quando esses territórios dão seu aval para que sejam mudados os nomes, justamente porque são esses territórios que conhecem – ou deveriam conhecer – para que possam impedir, inclusive, apagamentos como esse, que você falou, aconteçam.

Então, o legislador não pode propor sozinho, da cabeça dele. Ele propõe, mas o território e o Subprefeito que vão dizer se pode ou não ser alterado, além de se participarem de audiência para que isso aconteça. Portanto, é um trabalho em conjunto que é possível fazer, porém é moroso, afinal existe essa dificuldade, fazendo com que precisemos do aval dos territórios, dos Subprefeitos e do Executivo para que aconteça;

Apesar de tudo isso, temos conseguido. Há inúmeras propostas de alterações que esse movimento de mulheres negras, dentro daquele espaço têm colocado, assim como foi importante a Aline, na Secretaria Municipal de Cultura, para pensar as figuras negras. Igualmente na Câmara existe essa movimentação, mas se não tivermos uma movimentação idêntica de aceite desses territórios, não conseguimos fazer essas alterações.

Em relação a esses espaços terem nomes comerciais, às vezes a Prefeitura faz acordos para que eles sejam mantidos economicamente por esses grupos, para que sejam preservados. Eu, particularmente sou contra que isso aconteça, o Aloysio já explicou um pouco o assunto.

Acho que o ponto principal, assim, que o Aloysio levanta e a Marília levantou também, é essa disposição do Poder Público de atender a essa possibilidade de mudança dessas marcas nesses territórios, mas temos essa dificuldade imensa de discutir quanto aos territórios negros e sobre as mudanças que poderíamos fazer nesses locais para contemplar suas histórias. Então,

acho que essa é uma movimentação, enquanto Poder Público, que pode ser pensada, ou seja, pensarmos o porquê de termos tanta dificuldade de nomear o que precisa ser nomeado, e esse ponto também foi dito aqui. As coisas precisam ser nomeadas e as pessoas precisam dizer. Se não tiver aquela plaquinha singela, lá, falando do Chaguinhas, acho que muita gente que passa por ali, deve se perguntar o que é isso. Ainda que seja realmente singelo, mesmo que não condiz com a importância daquele território, mas as pessoas passam e dizem: "Bom, há algo aqui e precisamos pensar nisso".

O SR. FLAVIO RICARDO SOL – Senhor José Carlos, desculpe, rapidamente. A questão de lixo descartado na nossa via, as pessoas ainda não entenderam o prejuízo disso.

Temos um cotidiano que separa em dois tipos de lixo: o doméstico, que é aquele lixo que as pessoas tiram de casa, e o descartado, que é aquele que o sujeito joga na via, pega um colchão e joga na via.

Vou citar um dado, Vereadora, que é preocupante para nós. A Subprefeitura da Penha é composta por quatro bairros: Penha, Cangaíba, Vila Matilde e Artur Alvim. Nós recolhemos em torno de 30 toneladas de lixo por dia. 30 – só em Cangaíba, recolhemos quase 60% desse todo que o nosso bairro descarta.

Estamos combatendo, estamos abrindo Ecopontos, estamos multando as pessoas que realmente estão fazendo essa crueldade com o meio ambiente.

Essas nossas equipes têm um trabalho de Educação Ambiental que estamos levando para a rua, não só para a periferia, mas também para o comércio, principalmente na Penha, que é composto de lojas e muito poucas casas no centro.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FLAVIO RICARDO SOL – O senhor pode vir aqui, Sr. José Carlos, falar no microfone, assim fica registrado, por favor.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA – Quero dizer o seguinte: a minha preocupação é de que esse lixo não é o próprio lixo que os lixeiros normais recolhem. Há, ali, agulhas, muitas

coisas jogadas. Há uma loja de estética e isso é muito preocupante. Se um gari pôr a mão naquele lixo, mesmo estando com luvas, acontece uma espetada, já viu... É realmente preocupante.

Trabalhei muito aqui, na Penha. Nós tínhamos uma empresa chamada Splice. Ela fazia limpeza urbana na Penha, na zona Leste inteira. Fui uma das pessoas que coordenou aquilo tudo e minha preocupação primordial era com isso, justamente: a segurança do gari. E isso, que eu vejo hoje por lá, é muito ruim mesmo, muito feio.

Havia um projeto, aqui, na Penha, antigamente, que era sobre pegar o pessoal em situação de rua, dava-se um curso a eles, na Subprefeitura, e eles trabalham com a parte de limpeza, mas a limpeza nas praças. Não sei se o senhor ficou sabendo desse projeto. (Pausa).

Então, foi um projeto muito bom, benéfico para a Penha, para a praça Micaela, para o largo do Rosário, para a Avenida Tiquatira, enfim, todas as praças próximas, até a do Cangaíba também. E isso deu outro visual. De qualquer forma, precisamos realmente de um novo visual.

E quanto ao tombamento, não sei se já falaram, mas, a loja Penhita, está lá, foi tombada e tudo o mais, porém onde está a revitalização dela? Desde 2019 está pendente. Foram lá, mas só tiraram os moldes e até hoje nada aconteceu. Essa também é uma preocupação nossa. Tanto essa, como tantos outros locais que precisam ser conservados e que não podemos mexer, embora estejam caindo. Às vezes, eu subo ali – na parte de cima – e fico realmente preocupado se cair alguma peça lá e machucar alguém na calçada. Eu não sei o que posso fazer. Me ajudem, por favor. (Palmas)

O SR. FLAVIO RICARDO SOL – É isso aí. Essa é a preocupação de todos.

Vieram comigo, Vereadora, alguns assessores da Subprefeitura. Aliás, Sr. José Carlos, atrás do senhor, há três assessores. Depois, pode falar com eles. Não vou expor, mas depois o senhor pode anotar o que conversaram.

Vereadora, gostaria de fazer um apelo para quem é da Penha. Aqui, ao lado até a esquina, tem quanto... Uns trinta metros? Temos a casa mais antiga da nossa região. Um dia, com calma, gostaríamos de mostrar para a senhora. Podemos montar esse coletivo, fazemos

uma visita até lá. Precisa mesmo ser feito algo. Eu estava conversando com o Orlando e também com o Salles, precisamos em parceria, tanto o Executivo, quanto o Legislativo, efetuar uma conversa para ver o que podemos fazer com esses espaços tombados. Precisamos mesmo e também é essa a preocupação do José Carlos.

Respondendo à sua pergunta, fiz um pedido à Secretária Aline para que seja formado um roteiro cultural na Penha. Lógico, a Secretária Aline, hoje, a partir da minha fala, chamará todos os grupos que cuidam disso. Com todos os grupos da Penha ela se comprometeu, nesse meu pedido, a chamar para uma conversa. Pedi que fosse feito um roteiro cultural, principalmente porque, no centro da Penha dá para se partir de algo, pois, temos três igrejas católicas sem contar com a igreja, aqui em frente, já mencionada, há também um Centro Cultural e uma região muito vasta do viário, que é muito bom.

- Manifestação fora do microfone.

O SR FLAVIO RICARDO SOL – Não, ela já tem. É porque essa é a nossa principal igreja, hoje. Ela tem uma história muito boa e, por isso, considero que tudo parte daqui. Quando falei do roteiro cultural, eu escrevi, mandei para a Câmara Municipal, através do próprio Prefeito, e a Aline ficou de chamar todo mundo da Penha para esse diálogo. Assim, realmente, e está no Plano de Metas do Governo, para que iniciemos esse assunto.

Temos algo tão rico e não estamos usando essa riqueza que temos. Depois, eu passo para V.Exa. e faço questão de V.Exa. acompanhar.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FLAVIO RICARDO SOL – Está bem. Eu chamei o Orlando que é o responsável por isso.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MATHEUS FRANCO DA ROSA LOPES – Agradeço as perguntas. Achei as perguntas boas e muito pertinentes, na verdade. A primeira pergunta fala da importância e de como abordar essa questão da representatividade em um edital como esse.

É uma pergunta complexa e, às vezes, podemos falar de um modo simples, mas para

que se faça isso de um modo efetivo não é tão simples mesmo.

Passemos este ano, na Secretaria, por diversas ações, tivemos um projeto das culturas das personalidades negras, que foi concluído e trata das cinco esculturas. Vimos muitos pontos nesse processo, muitas nuances, muitas questões e nós também nos perguntamos muito nesse edital.

Acho que de um modo que consigo simplificar todas essas questões, quase existenciais e todas essas reflexões, bem objetivo: a Comissão Julgadora que julgará as propostas e selecionar, entre todas as entregues, quais são as melhores e qual delas deve ser construída, bem como qual vai representar, materializar, essas questões, essas camadas históricas, será o fato de haver dois representantes de coletivos nessa comissão.

A comissão é de sete pessoas e dois desses membros serão representantes dos coletivos. Ainda não disponho dos nomes de quais coletivos serão; acho até que não vai caber ao DPH selecionar, mas dessa comissão, de sete pessoas, que vai avaliar, dois membros é um número bem expressivo, visto que dos sete acaba bem distribuído. Será um membro do DPH, que é o órgão do patrimônio; um é da Secretaria; um é do Museu da Cidade, para trazer o olhar de museologia. Então, vamos dizer que, sendo duas pessoas dessa comissão serem representantes dos coletivos nós entendemos que foi um gesto de demonstrar que os coletivos teriam a maior porcentagem de participação. Hoje, portanto, essa comissão terá mais representantes dos coletivos do que o próprio DPH, por exemplo.

Então, isso é uma questão que pensamos no sentido de como ter essa representatividade na escolha da proposta para, justamente, ajudar a ter uma visão multidisciplinar quanto a definir a proposta que represente todas essas camadas históricas.

Acho que é o que posso responder sobre isso.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MATHEUS FRANCO DA ROSA LOPES – Não. No edital, há desde os critérios utilizados para solucionar a decisão, que passa pela originalidade, seguindo pelo respeito histórico, ou seja, esses critérios de escolha estão no edital, e no próprio edital há a disposição

desses membros na comissão, das sete pessoas que compõem a comissão. Acho que não explica ali quais são os coletivos, mas diz: dois coletivos.

Outra pergunta, da Marília, é como conseguimos fazer com que o órgão possa se aproximar um pouco mais, porque o Patrimônio Histórico levanta muitas dúvidas. Para nós que trabalhamos com isso, achamos mais fácil do que realmente é, mas levanta muitas dúvidas mesmo. Então, como nos aproximarmos da população.

Mais cedo, estava mesmo contando uma história, até caricata, quando a Secretaria Municipal de Cultura se mudou para o Sampaio Moreira, que é um edifício tombado, um edifício histórico. Quando nos mudamos para lá, já na primeira semana, estava eu na assessoria e tive de responder para, pelo menos, 40 pessoas da própria Secretaria, que eles queriam furar a parede para colocar um quadro. "Ah, quero colocar um quadro na minha sala, mas o edifício é tombado, posso furar a parede?". Então, na própria Secretaria há muitas dúvidas, as próprias pessoas do DPH estavam se perguntando se podiam furar, onde podiam furar, onde não podia.

Vejam, isso é uma demanda que se até, entre nós, há essa dúvida, para a população, então, nem se fala. Há mesmo, portanto, essa dificuldade.

Sobre o modo que vemos para nos aproximarmos, ou tentar esse diálogo mais próximo, o que me veio em mente, agora, seria, por exemplo, não só essas ações culturais como fazemos hoje – a Jornada do Patrimônio, a Semana de Valorização –, mas um evento muito querido do Departamento do Patrimônio Histórico, que é o Patrimônio em Debate. É um evento que o Departamento costumava fazer semestralmente, pelo menos uns dois encontros semestralmente, mas com a pandemia, com o presencial e *on-line* e as trocas e outros fluxos, o evento está há um tempo sem ser realizado. Queremos voltar com ele, em 2023, e com grande presença.

Esse é um evento que se consistiria fazer, porque, nas reuniões, nas audiências com as pessoas do bairro, as casas de cultura, e em outros espaços mesmo, é quando o Departamento manda técnicos e ficamos à disposição para tirar as dúvidas da população. Estaríamos lá para tirar essas dúvidas e justamente responder questões do tipo: "O que é um

tombamento; qual é o tombamento em questão, no bairro; o que ele implica na vida das pessoas; o que a pessoa pode ou não fazer com a casa dela; quais são as preocupações".

Eventos como esse são eventos que nos aproximam um pouco mais. E nós vamos mesmo um pouco – digamos assim – para a linha de frente. Esse ano ainda era um ano com algumas dificuldades, mas o ano que vem queremos voltar com mais intensidade.

O que posso adiantar – e acho importante – é que se existe, hoje, uma dúvida no sentido de estar preocupado com uma casa da vizinhança que é tombada e tem uma obra um pouco estranha acontecendo lá, e a pessoa não sabe se está regular ou não, lembro que há o Portal 156, com uma plataforma, tanto como *site*, quanto aplicativo que é o que posso dizer, no momento, ser um caminho para as denúncias. As denúncias, no Portal 156, vêm direito para o Departamento e temos de averiguar, investigar e dar um retorno. Portanto, vejo como uma resposta como posso dar, no momento, como um canal para denúncias.

Só um momento, ver se há mais alguma questão. (Pausa). Ah, você tinha perguntado sobre a representatividade no edital, não foi?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MATHEUS FRANCO DA ROSA LOPES – Medidas afirmativas? Desculpa, não entendi muito bem, se puder me explicar um pouco mais.

O SR. ALOYSIO LETRA – Está aberto o edital para construção do Memorial dos Aflitos no bairro da Liberdade. Esse é um espaço para dar conta dessa memória negra, indígena e afro-indígena naquela região. A minha pergunta foi: esse edital tem medidas afirmativas para contemplação desse edital? Ou seja, o edital garante que pessoas negras, pretas, mãos negras vão construir esse memorial? Essa foi a pergunta.

O SR. MATHEUS FRANCO DA ROSA LOPES – É uma pergunta bem mais completa e bem mais difícil. Não tenho essa resposta no momento. Não disponho dessa resposta agora, mas o que posso dizer é que posso procurar essa resposta e te dou um retorno. Não disponho dela hoje, mas posso procurar saber.

O SR. ALOYSIO LETRA – Ainda assim, a resposta que você deu, em relação à

comissão de seleção, são sete pessoas na comissão?

O SR. MATHEUS FRANCO DA ROSA LOPES – Isso.

O SR. ALOYSIO LETRA – Duas delas da sociedade civil?

O SR. MATHEUS FRANCO DA ROSA LOPES – Duas de Coletivos.

O SR. ALOYSIO LETRA – De Coletivos. Coletivos negros?

O SR. MATHEUS FRANCO DA ROSA LOPES – Coletivos negros.

O SR. ALOYSIO LETRA – Está. Isso é importante.

O SR. MATHEUS FRANCO DA ROSA LOPES – Acho que era isso. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada.

Quero agradecer a todos. Estamos no limite do horário. Na verdade, já passamos cinco minutos do horário dos trabalhadores da Câmara, da pessoa de Libras, desculpem. Obrigada.

Queria agradecer a participação, a presença de todas as pessoas, a presença dos dois Subprefeitos que vieram na nossa audiência e também do Matheus, representando o DPH.

Quero reafirmar o convite para o dia 24, quando teremos mais uma audiência temática na Câmara Municipal dos Vereadores sobre a Lei Orçamentária, a Peça do Orçamento que nós votamos, ou seja, o dinheiro que a cidade vai investir no ano que vem. Será a 9ª audiência, mas essa 9ª audiência é mais temática da cultura, então, seria interessante que levássemos esses apontamentos, e olhássemos para esses territórios quanto à cultura, se esse orçamento aparece na Peça, questionar a Secretaria da Cultura. E a Câmara dos Vereadores, o próprio trabalho dos Vereadores está sendo feito agora também.

Mais uma vez, quero agradecer a todos e a todas. Também um especial obrigado à Valquíria pelo espaço do Centro Cultural da Penha. Obrigada ao Movimento Cultural da Penha e a todas as pessoas que nos ajudaram a organizar essa atividade. Grata aos servidores da Câmara Municipal. Muito obrigada a todos. (Palmas)

Devido ao fato de não termos mais oradores inscritos, declaro encerrados os trabalhos da audiência